
DILEMAS DA PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO NO CAMPO ACADÊMICO: ENTRE ESPECIALIZAÇÃO E DIFUSÃO

PROBLEMS OF THE PRODUCTION OF KNOWLEDGE IN THE ACADEMIC FIELD: BETWEEN EXPERTISE AND DIFFUSION

Mauro Souza Ventura¹

RESUMO: O artigo estuda algumas questões relacionadas à produção do conhecimento no campo acadêmico, relacionando-a ao problema da disseminação do saber para além deste universo restrito. Tomando como fontes teóricas o conceito de campo de Bourdieu e seus estudos sobre o campo universitário na obra *Homo academicus*, busca-se examinar, em abordagem exploratória, os modos de funcionamento dos campos acadêmico e da difusão, contrapondo as ações dos especialistas e dos chamados intelectuais midiáticos, ou intermediários.

Palavras-chave: Conhecimento, Ciência, Políticas da escrita, Conceito de campo, Pierre Bourdieu.

ABSTRACT: The paper explores some issues related to the production of knowledge in the academic field, relating it to the problem of knowledge dissemination beyond this restricted universe. Taking on theoretical sources from Bourdieu's field concept and his studies concerning the university field in the work *Homo academicus*, seeks to examine, in an exploratory approach, the operation modes from academic and diffusion fields, opposing the actions from so-called experts and intellectual media, or intermediaries.

Keywords: Knowledge, Science, Writing politics, Field concept, Pierre Bourdieu.

Introdução

A crescente e inevitável especialização do conhecimento, observada no campo acadêmico, tem cada vez mais restringido a circulação do saber ao circuito fechado dos agentes do campo. Neste universo de especialistas, parece causa perdida insistir no interesse geral e na cultura geral. Principalmente por que essa ideia pode sucumbir com facilidade no processo de simplificação operado pela grande mídia, sempre mais interessada no acontecimento e na audiência do que na problematização dos temas.

Os efeitos da fragmentação do conhecimento e da lógica disciplinar que rege a vida acadêmica – e essa é uma tendência mundial – já são visíveis tanto na linguagem das ciências humanas e sociais, quanto no viés epistemológico que as inspira: o modelo de produção das

¹ Professor do Departamento de Comunicação Social e do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação da Universidade Estadual Paulista (FAAC/UNESP).

Artigo recebido em outubro e aceito para publicação em novembro de 2012.

ciências da natureza. As pesquisas realizadas hoje no âmbito das ciências sociais, puras e aplicadas, e das humanidades tem resultado em textos de tom relatorial, em que o estilo é (mal) visto como um resquício do ensaísmo que um dia já foi a marca das ciências humanas.

A pergunta que precisa ser feita diante do estágio atual de nosso conhecimento é a seguinte: é possível formular a defesa de uma cultura generalista num mundo de especialistas? A resposta, provisória, é sim. E nesse caso, quais as implicações de tal posição? Trata-se de uma discussão que passa obrigatoriamente pela linguagem, ou melhor, por uma política da escrita e da produção do saber. Pois é na escrita, ou nas práticas textuais, que se encontra o duplo desafio com os quais se defrontam todos aqueles que produzem e disseminam o conhecimento: participar de algo que é comum e, ao mesmo tempo, delimitar os lugares, distribuir os papéis, separar as partes de cada um no processo.

Ao discorrer sobre as políticas da escrita, Jacques Rancière sintetizou a dicotomia presente naquilo que ele denomina de partilha do sensível. Para o autor, trata-se de um “sistema de evidências sensíveis que revela, ao mesmo tempo, a existência de um *comum* e dos recortes que nele definem lugares e partes respectivas. Uma partilha do sensível fixa, portanto, ao mesmo tempo, um *comum* partilhado e partes exclusivas”. (Rancière, 2009:15).

Mas a discussão passa também – e é este ponto que gostaria de explorar nesse artigo – por um exame da estrutura do campo universitário, *locus* por excelência da produção de conhecimento.

Estrutura e funcionamento do campo acadêmico

Ao discorrer sobre o funcionamento do mundo universitário, o sociólogo francês Pierre Bourdieu deixa evidente um elemento que costuma ser negligenciado nesse universo: a produção do conhecimento na universidade está atrelada a dois pólos diametralmente opostos: o saber e o poder. Como lembra Bourdieu, o campo acadêmico é “o lugar de uma luta para determinar as condições e os critérios de pertencimento e de hierarquia legítimos, isto é, as propriedades pertinentes, eficientes, próprias a produzir – funcionando como capital – os benefícios específicos assegurados pelo campo”. (Bourdieu, 2011: 32).

Pertencimento, hierarquia e legitimidade: os termos remetem ao funcionamento do campo (não apenas o acadêmico, mas todo campo) que depende, em última instância, do reconhecimento social da cientificidade. Quais são as condições para que uma determinada representação científica seja socialmente reconhecida como tal? Em outras palavras, quais são os fatores capazes de gerar aquilo que Bourdieu denomina de “efeito de ciência”?

“Todo discurso com pretensão científica sobre o mundo social deve contar com o estado das representações que concernem à cientificidade e das normas que ele deve praticamente respeitar para reproduzir o *efeito de ciência* e alcançar assim a eficácia simbólica e os benefícios sociais associados à conformidade às formas externas da ciência”. (Bourdieu, 2011:54).

Note-se que o discurso da ciência pode estar em conformidade apenas aparente com as normas garantidoras do estatuto de cientificidade. Ao associar o rigor e a profundidade a um estilo que recusa toda facilidade e toda preocupação com a boa linguagem (Bourdieu, 2011:54), as ciências sociais e humanas garantem os sinais de cientificidade de modo similar às ciências da natureza e/ou experimentais (leia-se tabelas, tom relatorial do texto, descrição de casos estudados em laboratório etc.).

Haveria, assim, uma similitude entre a posição ocupada pelas ciências no campo acadêmico e o estilo textual tomado como padrão de escrita acadêmica. Tudo se passa como

se o escrever bem, ao mesmo tempo em que traz benefícios de ordem estética ao seu autor, coloca sob risco o efeito de ciência, de que fala Bourdieu.

“É por isso que, postos diante da alternativa do escrever muito bem que pode trazer benefícios literários, mas sob o risco do efeito de cientificidade, ou do escrever mal que pode produzir um efeito de rigor ou de profundidade (como em Filosofia), mas em detrimento do sucesso mundano, os geógrafos, os historiadores e os sociólogos adotam estratégias que, para além das variações individuais, estão conformes com suas respectivas posições”. (Bourdieu, 2011:53).

O caráter social desta cientificidade está, pois, na maior ou menor capacidade que um autor possui de revestir sua escrita com os signos dessa cientificidade, reproduzindo, assim, “os procedimentos e as linguagens de ciências mais avançadas”. (Bourdieu, 2011:56).

É possível defender uma posição generalista frente ao conhecimento?

Em ensaio bastante conhecido da década 1960, o crítico e semiólogo francês Roland Barthes, preocupado em esboçar uma tipologia para os modos de apropriação da palavra, distingue os detentores da linguagem pública em duas categorias: a dos escritores e a dos escreventes. Embora trabalhem sobre o mesmo material, ou seja, a palavra escrita, a atividade de ambos os coloca em lugares opostos. Barthes explica que, enquanto o escritor “é aquele que trabalha sua palavra (...), e absorve radicalmente o porquê do mundo num como escrever”, a ação do escrevente adquire sempre uma finalidade, seja ela testemunhal, explicativa ou didática, transformando a palavra num meio. “Eis, pois, a linguagem reduzida à natureza de um instrumento de comunicação, de um veículo do pensamento”, escreve o crítico (Barthes, 1982:35-36).

O que gostaria de extrair do texto de Barthes é a configuração de dois modos de uso da palavra: a linguagem como um fim em si (como ocorre na criação literária, mas também no ensaísmo de primeira linha) e como um instrumento (é o que ocorre no trabalho de difusão). Intransitivo no primeiro caso, transitivo no segundo, essas duas dimensões, no entanto, podem estar lado a lado na produção de conhecimento.

Tal necessidade parece evidente quando se confronta o modo como as pesquisas são realizadas hoje nas universidades com a necessária partilha desse saber com o conjunto da sociedade. Nesse sentido, tem razão o escritor peruano Mario Vargas Llosa quando critica os rumos tomados pela especialização. Mesmo reconhecendo os avanços inevitáveis trazidos pelo conhecimento especializado (como a experimentação e o avanço da ciência e da técnica), Vargas Llosa não deixa de destacar um efeito negativo desta situação, que é a “eliminação daqueles denominadores comuns da cultura graças aos quais os homens e as mulheres podem coexistir, comunicar-se e sentir-se de algum modo solidários”. (Vargas Llosa, 2009: 21).

Para o escritor, a especialização tem provocado uma situação preocupante de incomunicabilidade e de fragmentação do saber, a tal ponto que as comunidades fecham-se cada vez em seu esoterismo de linguagem e de códigos, gerando “guetos culturais de técnicos e especialistas”, que produzem saberes sempre parciais e setorizados. A conseqüência mais visível deste “estado da arte” em que se encontra o conhecimento especializado reside no abismo cada vez maior entre este conhecimento e uma visão totalizadora dos fenômenos. Escreve ele:

“A ciência e a técnica não podem mais cumprir aquela função cultural integradora em nosso tempo, precisamente pela infinita riqueza de conhecimentos e da rapidez de sua evolução que levou à especialização e ao uso de vocabulários herméticos”. (Vargas Llosa, 2009: 21).

Nem mesmo as humanidades, que, por sua natureza argumentativo-discursiva, sempre se preocuparam com o “como dizer”, ou seja, com o trabalho do texto, conseguiram permanecer ilesas a esta fragmentação e ao tecnicismo que são as marcas da pesquisa na atualidade. Diz o escritor que:

“Nem mesmo os outros ramos das disciplinas humanistas – como a filosofia, a psicologia, a história ou as artes – puderam preservar essa visão integradora e um discurso acessível ao profano, porque, por trás da pressão irresistível da cancerosa divisão e fragmentação do conhecimento, acabaram por sucumbir também às imposições da especialização, por isolar-se em territórios cada vez mais segmentados e técnicos, cujas ideias e linguagens estão fora do alcance da mulher e do homem comuns”. (Vargas Llosa, 2009: 22).

A questão que subjaz ao argumento de Vargas Llosa diz respeito aos riscos do jargão especializado para as humanidades, fato que tem motivado intensos debates não só entre os chamados intelectuais públicos – grupo ao qual poderíamos incluir o escritor peruano – mas também entre os próprios especialistas. O crítico cultural de origem palestina Edward Said ocupou-se por mais de uma vez dessa questão. Seu diagnóstico do discurso acadêmico indicava que o uso da linguagem esotérica contribuía para alienar um grupo significativo de leitores. Segundo Said, “a especialização como um instrumento de distanciamento saiu do controle, principalmente em algumas formas acadêmicas de expressão, na medida em que se tornaram antidemocráticas e até antiintelectuais”. (Said, 2007:97).

Ao mesmo tempo, Said tinha consciência de que o processo de difusão do saber tem outro inimigo igualmente poderoso a ser vencido: a hegemonia do formato curto, da manchete, da informação descontextualizada, em detrimento de uma forma discursiva suficientemente longa e deliberativa de discussão e de pesquisa. “O que tenho chamado resistência humanista precisa, portanto, ocorrer em formas mais longas, ensaios mais longos, frases mais longas (...)”, escreve Said (2007:98).

Assim, quando perguntamos, no início deste tópico, sobre a possibilidade de defender uma posição generalista frente ao conhecimento, são dois os fatores que estão em questão: a) perguntar sobre a linguagem utilizada pelos produtores de conhecimento; b) saber até que ponto podemos fazer concessões à simplificação sem sacrificar o necessário aprofundamento do tema.

A partir dos anos de 1970, verificou-se uma mudança gradual de paradigma no âmbito da produção e da difusão do saber. Especialmente na França, mas não apenas lá, passou-se a falar em intelectuais midiáticos para se referir àqueles indivíduos que assumiam um papel público na sociedade. Este fenômeno, hoje já disseminado por todo o Ocidente, acabou por redefinir os papéis de especialistas e de jornalistas, gerando assim uma crise de identidade em ambos. Conforme Rieffel,

“La crise d’identité des intellectuels, bien que légèrement antérieure à celle des journalistes, affecte, on le voit, les relations entre les deux configurations sou mises à un réagencement progressif. Les deux types d’acteurs sociaux

connaissent un réajustement de leur image qui se manifeste essentiellement par une plus grande ouverture vers l'extérieur ou plus exactement par une dilatation des frontières respectives des deux milieux. Cette dernière provoque, en réalité, un entrecroisement de plus en plus intense des stratégies dont tirent profit les *journalists*". (Rieffel, 1992:20).

O fenômeno provocou também uma movimentação nas fronteiras que demarcavam os campos acadêmico e jornalístico, que, aos poucos, vão experimentar um entrecruzamento, sintetizado pela atuação dos chamados intelectuais-jornalistas e dos jornalistas-intelectuais. Rieffel escreve que "les zones de contact entre "professionnels des médias" et "professionnels de l'intelligence" se sont multipliées. Règne désormais un maître une consécration par contagion puis quelles logiques de représentation habituel le sont étouffées". (Rieffel, 1992:22).

O embaralhamento das lógicas de representação está na base desta nova configuração cultural, que encontra na figura do intelectual intermediário a sua expressão mais precisa, na medida em que estão situados, conforme explica Bourdieu, "em posição de permeio entre o campo de produção restrito e o campo de grande produção". (Bourdieu, 2011: 274).

É, portanto, da categoria dos "intermediários" que estamos falando, ou seja, dos produtores, dos transmissores e dos disseminadores das formas de produção e de consumo tanto da cultura quanto do conhecimento, dentro e fora da academia. Pois é justamente de um desses intermediários (no caso, um escritor-jornalista) que vem um ataque direto à incapacidade do campo intelectual para continuar formulando diagnósticos totalizadores, capazes de serem compreendidos por um público mais amplo. Para Vargas Llosa, somente a literatura possuiria hoje essa visão totalizadora e integradora do ser humano:

"A literatura, ao contrário, diferentemente da ciência e da técnica, é, foi e continuará sendo, enquanto existir, um desses denominadores comuns da experiência humana, graças ao qual os seres vivos se reconhecem e dialogam, independentemente de quão distintas sejam suas ocupações e seus desígnios vitais, as geografias, as circunstâncias em que se encontram e as conjunturas históricas que lhe determinam o horizonte." (Vargas Llosa, 2009: 21).

Antes que esta "função cultural integradora", de que fala Vargas Llosa, seja confundida com uma defesa do ecletismo na produção do conhecimento, é preciso dizer que a especialização do saber é não só necessária como inevitável diante da complexidade do mundo. Os procedimentos da ciência, em qualquer área, não podem mais prescindir deste rigor e desta setorização do saber.

Com efeito, a crítica de Vargas Llosa precisa ser compreendida no contexto de uma dimensão comunicacional que o trabalho do cientista precisaria conter e preservar. Parece-me, no entanto, irrealista pedir que o cientista faça ciência e, ao mesmo tempo, divulgue-a a um público além da comunidade científica. É evidente que temos muitos exemplos de cientistas que também falam com o grande público. Mas esse biliguismo linguageiro não é nem poderá ser a regra.

Mais plausível será investir na formação de agentes intermediários para desempenhar essa tarefa. Com isso, preserva-se o rigor necessário à investigação científica e a produção do conhecimento ganha uma dimensão mediatizadora, por obra de profissionais especializados neste fazer, pois só assim poderemos ultrapassar os vícios gerados por indústrias culturais que simplificam o conhecimento para melhor transformar seus atos em espetáculos.

Para retomar o binômio estabelecido por Barthes referido anteriormente, nada parece tão necessário aos dias de hoje quanto a atividade conjunta de escritores (no sentido de produtores de conhecimento) e de escreventes (no sentido de divulgadores). Dito de outro modo, há espaço para a convivência plena entre a especialização e a cultura generalista.

Referências

- BARTHES, Roland. “Escritores e escreventes”. In: **Crítica e verdade**. Trad. Leyla Perrone-Moisés. São Paulo: Perspectiva, 1982, p. 31-39.
- BOURDIEU, Pierre. **Homo academicus**. Trad. Ivone Ribeiro Valle e Nilton Valle. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2011.
- RANCIÈRE, Jacques. **A partilha do sensível. Estética e política**. Trad. Mônica Costa Netto. São Paulo: EXO experimental org.; Editora 34, 2009, 2ª. ed.
- RIEFFEL, Rémy. “Journalistes et intellectuels :une nouvelle configuration culturelle?” In: **Réseaux**, 1992, Vol. 10, n°51. pp. 11-24.
- SAID, Edward W. **Humanismo e crítica democrática**. Trad. RosauraEichenberg. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- VARGAS LLOSA, Mario. “É possível pensar o mundo moderno sem o romance?” In: MORETTI, Franco (Org). **O Romance, vol. 1: A cultura do romance**. São Paulo: Cosac Naify, 2009. Trad. de Denise Bottman.